

ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

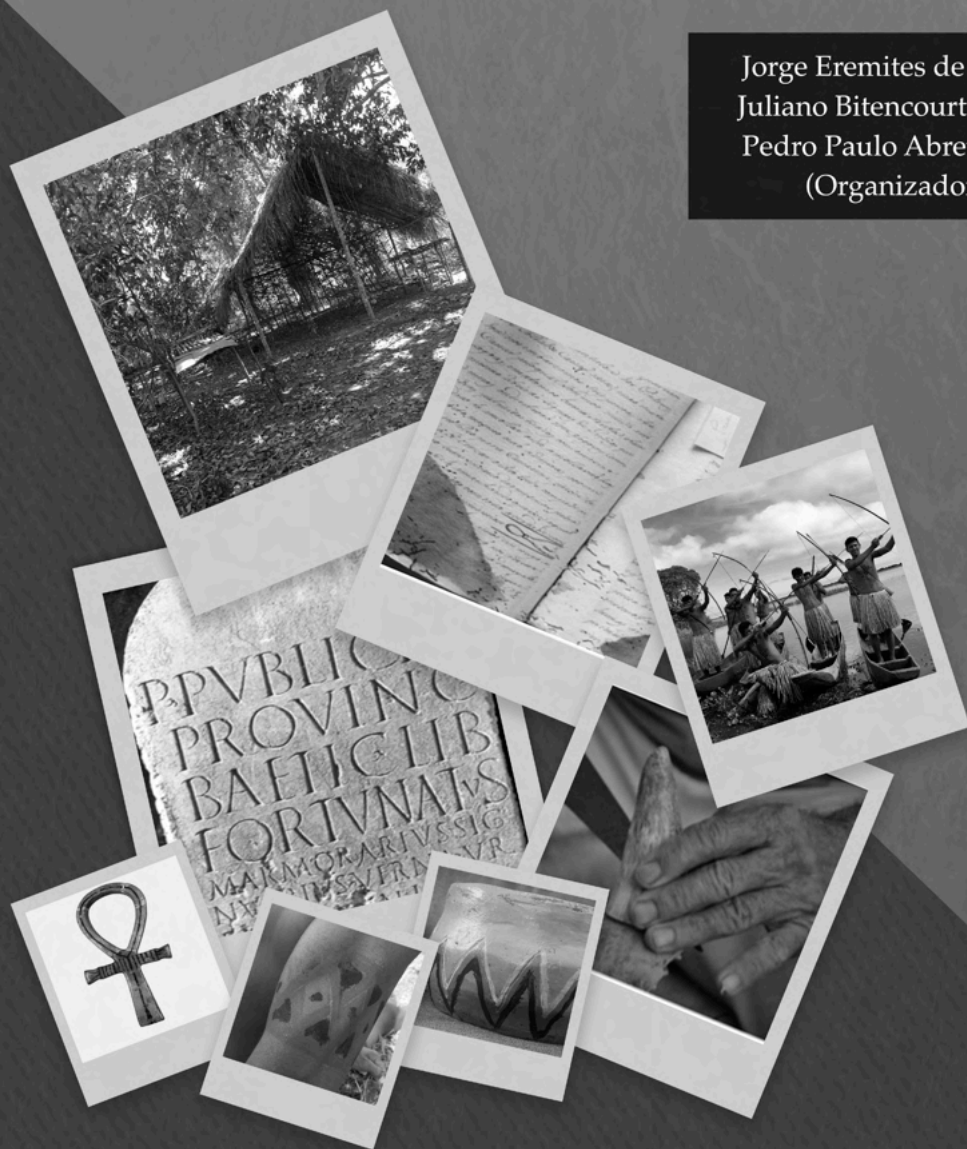
Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo Abreu Funari
(Organizadores)



ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo Abreu Funari
(Organizadores)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Acervo dos autores

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo Abreu Funari

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2 / Organizadores Jorge Eremites de Oliveira, Juliano Bitencourt Campos, Pedro Paulo Abreu Funari. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-914-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.148221603>

1. Arqueologia. I. Oliveira, Jorge Eremites de (Organizador). II. Campos, Juliano Bitencourt (Organizador). III. Funari, Pedro Paulo Abreu (Organizador). IV. Título.

CDD 930.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde o século XIX, em particular, que a Arqueologia desponta como um dinâmico campo do conhecimento científico que costuma despertar a curiosidade e chamar a atenção de um grande público. Tornou-se imprescindível à compreensão das origens e das múltiplas trajetórias das sociedades humanas, desde longínquas temporalidades na África até sua atual presença em diversas regiões do planeta. Da segunda metade dos oitocentos até as primeiras décadas do século XX, esteve ligada à ideia da construção de identidades nacionais, quer dizer, a projetos de Estado. Mais adiante, tornou-se uma ciência madura e passou a fazer parte de muitas realidades da vida em sociedade. Por isso, cada vez mais está presente, por exemplo, em publicações científicas, na mídia em geral, em representações cinematográficas e no imaginário de milhões de pessoas, mundo afora.

Neste sentido, o livro “Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicas” apresenta uma coletânea de trabalhos que registra parte da pujança da Arqueologia no tempo presente, seja no Brasil, seja em outros países, como em Portugal. A obra está marcada pela pluralidade de temas estudados por experientes pesquisadoras/es e por uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas, as quais são pautadas pela interdisciplinaridade e aplicadas em estudos de interesse a temas variados: acervos arqueológicos, educação patrimonial, sustentabilidade, patrimônio cultural, laudos judiciais sobre terras por tradição ocupadas por povos originários, tecnologias indígenas, percepções sobre o registro arqueológico, antiguidade clássica, direitos humanos, ensino da arqueologia, cartografia, projetos colaborativos, multivocalidade, entre outros.

A obra aqui apresentada destina-se a um público mais amplo, inclusive a pessoas em diferentes níveis de formação acadêmica e vinculadas a campos como os da Arqueologia, claro, mas também Antropologia Social, Geografia, História, Educação, Museologia, entre outras áreas. Volta-se, sobretudo, a pessoas que têm interesse no patrimônio arqueológico, em sua percepção como legado cultural, na materialidade de relações sociais no tempo e espaço, ao visar a convivência e a diversidade.

No caso do Brasil, país que conta, hoje, com dezenas de cursos de bacharelado, mestrado e doutorado em Arqueologia (alguns com área de concentração em arqueologia), a presente publicação soma a tantas outras que buscam compartilhar experiências que não apenas possuem base empírica consistente, mas que também aspiram a superar o norte epistêmico, incorporar saberes tradicionais e analisar situações históricas até pouco tempo desprezados ou pouco valorizados na academia, prol do convívio solidário.

Por tudo isso, a leitora e o leitor têm em suas mãos uma publicação organizada com esmero em tempos difíceis, marcados por guerras, conflitos assimétricos, crises econômicas e epidemias, um livro que vale a pena conferir.

Boa leitura!

Jorge Eremites de Oliveira
Juliano Bitencourt Campos
Pedro Paulo A. Funari

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO, OS DESAFIOS DO USO DE UM ACERVO ARQUEOLÓGICO

Raquel dos Santos Funari


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216031>

CAPÍTULO 2..... 11

INSTITUTO OLHO D'ÁGUA E A SUSTENTABILIDADE CULTURAL: UMA MISSÃO NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA

Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues

Jorlan da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216032>

CAPÍTULO 3..... 25


PATRIMÔNIO CULTURAL EM FOCO : ESTUDO DE CASO A RESPEITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RECONHECIDO PELOS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Bruna Cataneo Zamparetti

Lucy Cristina Ostetto


Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216033>

CAPÍTULO 4..... 40

ETNOARQUEOLOGIA NO LAUDO PERICIAL SOBRE A TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO


Jorge Eremites de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216034>

CAPÍTULO 5..... 61

PÃRI – ARMADILHAS DE PESCA UTILIZADAS PELOS KAINGANG NO VALE DO RIO PIQUIRI

Lúcio Tadeu Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216035>


CAPÍTULO 6..... 92




ANÁLISES DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE REGIÕES DO LITORAL PAULISTA

Luana Campos

Cristina Fachinni

Aline Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216036>

CAPÍTULO 7	104
«HÁBITOS ELETIVOS, CONTRÁRIOS À VIRTUDE» E «OBRAS DA OMNIPOTÊNCIA DIVINA»: ABORDAGEM TEÓRICA DAS EVIDÊNCIAS DOS ESTADOS ALTERADOS DE CONSCIÊNCIA NO REGISTO ARQUEOLÓGICO DA IDADE MODERNA EM PORTUGAL	
Miguel Martins de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216037	
CAPÍTULO 8	123
A CONTRIBUIÇÃO DA EPIGRAFIA LATINA PARA O ESTUDO DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO	
Filipe Noé da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216038	
CAPÍTULO 9	136
FÚLVIA E AS DEUSAS BÉLICAS EM SUAS MOEDAS	
Tais Pagoto Bélo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216039	
SOBRE OS ORGANIZADORES	148
ÍNDICE REMISSIVO	150

A CONTRIBUIÇÃO DA EPIGRAFIA LATINA PARA O ESTUDO DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO

Data de aceite: 01/03/2022

Filipe Noé da Silva

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP)
ORCID: 0000-0001-5075-0131

RESUMO: O presente capítulo discute o uso das inscrições latinas como fonte histórica e arqueológica para o estudo dos libertos no Império Romano. Após examinar a historiografia moderna concernente aos alforriados romanos, é proposta uma breve digressão a respeito do desenvolvimento da epigrafia. Em seguida, são destacadas as contribuições do documento epigráfico para uma compreensão mais acurada sobre as relações pessoais e o cotidiano de mulheres e homens egressos da servidão no Império Romano. Ao final, são sugeridas algumas bases de dados digitais que possam, eventualmente, contribuir para o estudo da epigrafia latina.

PALAVRAS-CHAVE: Epigrafia Latina; Escravidão Antiga; Alforrias; Libertos; Império Romano.

THE CONTRIBUTION OF LATIN EPIGRAPHY TO THE STUDY OF FREEDMEN IN THE ROMAN EMPIRE

ABSTRACT: This paper discusses the use of Latin inscriptions as historical and archaeological sources to the study of freedmen in the Roman Empire. After examining the modern historiography

concerning the Roman former slaves, a brief digression on the historical development of Epigraphy is proposed. Then, the contributions of epigraphic document are highlighted due to its accuracy to a better understanding of the personal relationships and daily lives of Roman freedmen and freedwomen. In conclusion, we suggest some digital databases that could contribute to the study of Latin Epigraphy.

KEYWORDS: Latin Epigraphy; Ancient Slavery; Manumissions; Freedmen; Roman Empire.

1 | INTRODUÇÃO

Há um século, Mikhail Rostovtzeff (1922) salientava a importância da Arqueologia para o estudo da Antiguidade: mais do que simplesmente ilustrar o que foi dito pelo documento escrito, o artefato material possuiria o mesmo grau de importância que as fontes textuais. Em constante ampliação (Funari 2003), a fonte arqueológica, mais democrática que a documentação escrita, é compatível, também, com o estudo das populações subalternas e marginalizadas da Antiguidade (Garraffoni 2008), de modo a contemplar a experiência histórica das mulheres, dos pobres, escravizados e alforriados: estes últimos, por sua vez, constituem o objeto de estudo deste capítulo.

2 | A CONDIÇÃO PARADOXAL DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO

Em 1980, o historiador Moses I. Finley

publicou a obra *Ancient Slavery and Modern Ideology*: livro que servirá de ponto de partida para este estudo. Publicado há quatro décadas, o tomo em questão concatenava argumentos apresentados em publicações anteriores (Finley 1959; Finley 1964), e apontava, entre outras coisas, três constatações a respeito do estudo da escravidão praticada na Grécia e Itália antigas. A primeira sugeria o reconhecimento da condição marginalizada, de *outsider*, das pessoas escravizadas nessas sociedades. A segunda, como demonstrou Palmeira (2021), constatava a transposição, por vezes acrítica, de valores e conceitos modernos no estudo da escravidão antiga. A terceira, e mais conhecida, comparava, em proporção e importância, a escravidão praticada por gregos e romanos da Antiguidade às sociedades escravistas modernas, evidenciadas no Brasil, nos Estados Unidos e no Caribe (Finley, 1980).

Dentre as críticas dirigidas às teorias de Finley (1980), sobretudo referentes aos pressupostos demográficos e quantitativos que embasam sua proposta de sociedade escravista (Bradley 1994; Joly 2013), pode-se reconhecer, também, certo ceticismo quanto ao predomínio de uma leitura sobre a escravidão antiga (e moderna) centrada apenas em seus aspectos produtivos. Na esteira dos estudos de Igor Kopytoff (1982) e Orlando Patterson (1982), de modo a tornar patente sua singularidade histórica, a escravidão romana tem sido investigada, inclusive no Brasil, enquanto um processo “*que abarca as etapas de escravização, escravidão e manumissão (...), e que se prolonga até mesmo após o ato formal da alforria, com limites e possibilidades de ação para os descendentes dos libertos*” (Joly 2013, p.39).

Convém destacar, no entanto, que no Império Romano dos primeiros séculos o processo que abarcava a escravização, manumissão e posterior reinserção social dos alforriados, além da eventual concessão da cidadania aos libertos, não foi algo inerte ou imutável. Ao contrário, a época de Augusto, em particular, testemunhou mudanças significativas no que se refere à amplitude das manumissões e dos direitos civis assegurados às pessoas alforriadas: sobretudo a cidadania romana (Silva 2021).

Conforme demonstrado nos estudos de Alföldy (1973) e Mouritsen (2011), muitas investigações aderiram à hipótese de que o período republicano, anterior a Augusto, distribuía um número significativo de manumissões e concessões de cidadania às populações escravas. As leis promulgadas por Augusto, no entanto, restringiram tanto as manumissões quanto as distribuições da cidadania romana aos alforriados. A *Lex Fufia Caninia* (2 a.C.) e a *Lex Aelia Sentia* (4 d.C.), entre outras coisas, atribuíam restrições quantitativas e qualitativas para a efetivação das alforrias dos escravos romanos (Joly 2011; Mouritsen 2011).

A lei *Fufia Canina*, com efeito, restringiu a quantidade de escravos a serem manumitidos dentro de uma mesma casa. Buckland (1908), estudioso das leis romanas concernentes à escravidão, apresenta-nos a seguinte configuração a respeito da lei promulgada em 2 a.C.:

(...) uma pessoa proprietária de dois escravos poderá manumitir ambos em seu testamento, entre 2 e 10 [escravos], metade; entre 10 e 30 [escravos], um terço; entre 30 e 100 [escravos], um quarto; entre 100 e 500 [escravos], um quinto, mas nunca poderá alforriar mais de uma centena (Buckland 1908, p.547. Tradução nossa).

A *Lex Aelia Sentia* (4 d.C.) também modificou as alforrias no primeiro século. Sua proposta restringia o número de manumissões e, ao mesmo tempo, limitava a outorga da cidadania às pessoas egressas da servidão. Conforme demonstrado nas *Regulae* (l. 11-13) de Ulpiano, a referida lei: proíbia os proprietários menores de vinte anos de alforriar os seus escravos e, ao mesmo tempo, vetava a cidadania romana aos libertos que possuíssem, na data de sua libertação, menos de trinta anos de idade. Tampouco os escravos outrora condenados, cujos corpos tivessem sido marcados pela servidão, ou pelo histórico de envio à tortura ou à luta de gladiadores, poderiam, conforme os desígnios da *Lex Aelia Sentia*, gozar dos benefícios assegurados pela cidadania (Ulp. *Regulae*. l, 11).

A *Lex Aelia Sentia*, portanto, assegurava a liberdade a inúmeras pessoas escravizadas. Porém, ao contrário de concedê-las a cidadania, colocava-as à mesma condição jurídica do estrangeiro derrotado e que se rendeu aos romanos, os chamados *peregrini dediticii* (Mouristen 2011, p.33). A proximidade entre manumissão e cidadania, por fim, também foi comprometida pelo decreto da *lex Iunia*. Promulgada, ao que tudo indica (Lopez Barja 1998; Koops 2014), no ano de 17 a.C., a lei em questão assegurava às pessoas alforriadas de maneira informal (*inter amicos*), ou sob a proteção de um pretor, a condição de *Latinus Iunianus* e não mais a condição de cidadão romano (Lopez Barja 1998; Koops 2014).

A categoria dos *latini iuniani* foi criada em uma alusão direta aos habitantes das colônias latinas. Os indivíduos nesta condição podiam atuar de maneira formal no âmbito do comércio (*ius commercium*), mas estavam proibidos, por exemplo, de contrair bodas (*ius conubium*) de maneira oficial. Impossibilitados de produzirem testamentos, tampouco legavam propriedades ou qualquer prerrogativa de cidadania a seus herdeiros, uma vez que “(...) suas posses, ao morrerem, voltavam ao patrono” (Joly 2011, p.70).

Convém salientar que o sistema político inaugurado por Augusto, talvez de maneira paradoxal, também colaborou para a integração social dos libertos na sociedade romana (Joly 2013). Com efeito, os imperadores da dinastia Júlio-Cláudia nomearam *libertini* para cargos relacionados à administração imperial. Em paralelo ao *cursus honorum*, de origem republicana e destinado aos *ingenui*, aos libertos, foi oferecida a oportunidade de participar da estrutura imperial: inúmeros libertos assumiram as funções de *a libellis*, *libertus a studiis*, *libertus a cognitionibus*, *ab epistulis* e *a rationibus* (Mouritsen 2011). Alguns desses libertos chegaram mesmo a influenciar nas decisões dos imperadores: a suposta submissão de Cláudio a seus libertos, Palas e Narciso, é paradigmático. De acordo com Suetônio, este imperador era manipulado por uma verdadeira facção formada por libertos e mulheres, diante dos quais agia não como um *princeps*, mas como um submisso - *non principem se, sed ministrum egit* (Suet. *Cl.* 29.01).

A liberdade dos *serui* e *seruae*, na prática, conduzia as pessoas escravizadas do mais profundo ostracismo cívico à possibilidade real de integração social e política (Andreau 1991; Mouritsen 2011). Aspectos relacionados aos seus aspectos laborais e econômicos, bem como suas relações sociais e até políticas podem ser evidenciadas nos mais diversos suportes epigráficos (Alföldy 1973). Produzidas sobre materiais duráveis de diversos tipos, as inscrições são documentos históricos transmitidos de maneira direta (Cancelas 2014) e carregam consigo pormenores sobre a vida e ação de libertos e libertas que vão além das leituras normativas a respeito desses indivíduos.

3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EPIGRAFIA

Considerada, noutros tempos, uma ciência auxiliar da História, a epigrafia, assim denominada a partir do grego antigo ἐπιγράφειν/*epigraphēin*, está voltada ao estudo das inscrições aplicadas sobre materiais duráveis, tais como: lápides funerárias, telhas, vasos cerâmicos e fragmentos metálicos (Silva 2021). Ainda que o interesse científico pelas inscrições tenha se consolidado apenas em meados do século XIX, com a composição dos diversos volumes do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, o interesse pelo estudo das inscrições remonta à Antiguidade: além de documentos epigráficos oriundos da Mesopotâmia e China antigas (Schnapp 1996), outras fontes antigas como Heródoto, Cícero, Tito Lívio, e até mesmo o evangelho de João (19:19), recorrem às inscrições aplicadas sobre suportes de natureza e finalidades distintas (Andreu 2009).

As inscrições registradas em manuscritos medievais também foram fundamentais para o acúmulo de conhecimento que resultou na consolidação da epigrafia moderna (Buonocore, 2015). Encontrado em uma biblioteca religiosa de Einsiedeln, no ano de 1683, o anônimo *Codex Einsiedelnensis* 326¹, por exemplo, foi produzido entre os séculos IX e X e apresenta diversas inscrições antigas, com referência aos locais e aos monumentos onde as mesmas teriam sido aplicadas (Buonopane 2009; Buonocore 2015). Desprovido das exigências científicas dos manuais modernos de epigrafia, o manuscrito suíço, conforme Buonopane (2009), apresenta fidedignidade em relação às inscrições observadas em Roma e em Pavia. Sua importância para o estudo da epigrafia, ademais, reside no fato de que algumas de suas inscrições e suportes terem desaparecido ao longo dos séculos sem que fossem registrados noutros catálogos e coleções. Essa condição foi observada por Theodor Mommsen (1817-1903) e outros epigrafistas do século XIX que também utilizaram os manuscritos para o estudo da epigrafia na feitura de seus respectivos catálogos epigráficos (Buonocore, 2015; Silva 2021).

Registros epigráficos também podem ser observados nas obras de arte dos estudiosos do Renascimento. Imbuídos de um interesse antiquário, muitos intelectuais renascentistas dedicaram-se ao estudo e colecionismo da literatura, arte e arquitetura da

¹ Disponível em: www.e-codices.ch/it/sbe/0326/68r/0/Sequence-1016. Acesso em: 04/01/2022

Antiguidade Clássica (Trigger 2004; Dyson 2006; Funari 2011). Estudiosos como Cola di Rienzo (1313-1354), Ciríaco de Ancona (1391-1450) e Jacopo Bellini (1400-1464), entre outros, em suas viagens, copiaram inscrições e realizaram ilustrações de monumentos e suportes epigráficos antigos que ainda eram visíveis em sua época, mas que com o passar dos séculos se perderam (Buonopane 2009).

Uma conhecida inscrição de Este (CIL V, 02528), ilustrada no fólio 44 do livro de ilustrações de Jacopo Bellini (**Imagem 01**), não chegou à posteridade e encontra-se perdida nos dias atuais (Fasolini 2019). Seu registro e posterior inclusão no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, no entanto, são tributárias da ilustração proposta por Bellini no século XV, e de outras² obras e publicações posteriores que também fizeram uso desta inscrição com eventuais modificações (Fasolini 2019).

Com o objetivo de inventariar todas as inscrições latinas encontradas nos antigos territórios do Império Romano. Os volumes do *Corpus Inscriptionum Latinarum* foram elaborados a partir de divisões territoriais e ficaram sob a responsabilidade de estudiosos como Herman Dessau (1856-1931), Emil Hübner (1834-1901), René Cagnat (1852-1937), Eugen Bormann (1842-1917) entre outros. Em sua composição também foram utilizadas coleções e compilações epigráficas dispersas, elaboradas de maneira local por distintos epigrafistas, colecionistas e antiquários. Para tanto, o projeto capitaneado por Mommsen (1817-1903) empreendeu uma análise crítica e pormenorizada de todas as inscrições, diferenciando o material epigráfico e suas eventuais falsificações (Pérez-González 2018).

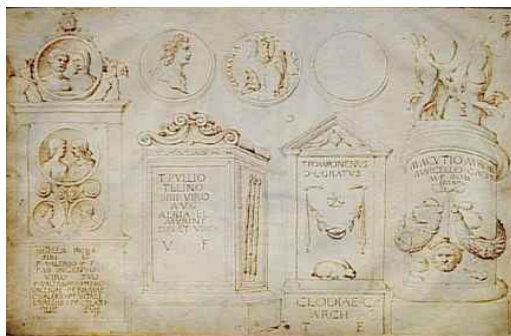


Imagem 01: Três pedras funerárias romanas e um altar; Sestércio de Domício. Ilustração de Jacopo Bellini, Fólio 44. Musée du Louvre.

Foto: Wikimedia Commons.

Para o estudo dos/das alforriados/as no Império Romano, a epigrafia pode mesmo ser considerada indispensável. Registradas em epitáfios e monumentos, as inscrições associadas às pessoas de origem servil apresentam pormenores referentes sobre a experiência social, familiar e religiosa das pessoas alforriadas. O recurso ao documento

² Utilizada em outras obras, a referida inscrição é conhecida sobretudo pelo afresco narrando a *Storia di San Giacomo* (1447-1456) pintado por Andrea Mantegna (1431-1506), genro de Bellini, na Capella Ovetari da Igreja dos *Eremitani*, em Pádua

epigráfico se justifica, também, pelo fato de parte significativa da tradição textual antiga ter sido produzida por indivíduos que gozavam de pleno direito (Cancelas 2014) e que, não raro, disseminavam, por meio de seus escritos, uma perspectiva favorável à dominação e repleta de estereótipos negativos sobre as pessoas escravizadas ou egressas da servidão (Joshel 1992; Mouritsen 2011; Cancelas 2014; Silva 2021).

Devido à constante tentativa de dissimular sua posição social nos registros epigráficos (Remesal 2011), a (complexa) identificação de libertos e libertas nas inscrições tem sido realizada a partir do uso de um ou mais critérios. A presença de termos e abreviaturas como ‘*L(ibertus)*’, ‘*L(iberta)*’, ‘*LIB(erta)*’ *LIB(ertus)*’, sem dúvida, é o indicador mais preciso de um indivíduo egresso da escravidão, uma vez que há uma alusão explícita e incontestável à sua condição de liberto/a.

Na ausência dessa informação, no entanto, outros critérios também têm sido mobilizados, de maneira isolada ou em conjunto, para a identificação dos/das alforriados/as nas inscrições latinas: a ausência de menção à filiação a presença do *patronus* (ou *patrona*) e o uso, nas províncias latinas do Império Romano, de *cognomina* de origem grega. Em conjunto, de acordo com José D’Encarnação (2013), tais características podem indicar a presença de um indivíduo de origem servil: “*Sempre que alguém se identifica pelos tria nomina, e o cognome é etimologicamente grego, omitindo-se a filiação – temos fortes probabilidades de estar em presença de um liberto*” (D’Encarnação, 2013. p.17). A súbita vinculação da nomenclatura grega à escravidão, entretanto, pode se mostrar imprecisa e errônea no processo de identificação dos ex-escravos no Império Romano (Bruun 2015). A seguir, tentar-se-á demonstrar, ainda que de maneira breve, algumas das potencialidades do documento epigráfico para uma melhor compreensão sobre a vida dos libertos.

4 | OS LIBERTOS NAS INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS: APROXIMAÇÕES

Utilizada em lápides, a inscrição funerária constitui a maioria (cerca de 90%) da documentação epigráfica catalogada no *CIL* referente à cidade de Roma: proporções similares também podem ser evidenciadas em contextos provinciais (Andreu 2009). Além do estudo da onomástica e da mobilidade social, as inscrições sepulcrais, como demonstrado por Andreu (2009), apresentam aspectos demográficos e religiosos referentes aos antigos romanos. Distintas entre si, as inscrições funerárias latinas, de acordo com Lassère (2005), carregariam consigo três objetivos principais: assegurar a propriedade sobre o sepulcro, outorga-lo um semblante de consagração e perpetuar a recordação dos indivíduos sepultados (Lassère 2005).

Andreu (2009) salienta o aspecto de autorrepresentação subjacente às inscrições funerárias: cada monumento funerário, dotado de inscrição e eventualmente as representações iconográficas da pessoa sepultada (Hope 2003), carrega consigo a pretensão de tornar perene, comunicar (Funari & Omena 2015), a individualidade da pessoa

sepultada. Em um conhecido excerto do *Satyricon* de Petrônio (*Sat.* LXXI. 08-12), ainda que de maneira caricaturesca, o liberto Trimalquião elenca a seu arquiteto Habinas uma série de elementos que deveriam compor seu futuro monumento funerário³, com ênfase em símbolos, estátuas, um relógio e até mesmo a inscrição de seu epitáfio (Petron. *Sat.* LXII, 12). É imperativo reconhecer, entretanto, que nem todos os libertos foram ricos ou a ponto de poderem escolher os pormenores de suas respectivas sepulturas. Ao contrário, mesmo depois de alforriados, os libertos ainda estavam sujeitos à obrigatoriedade do *obsequium* e das *operae*, de modo que sua dependência e subordinação ao proprietário escravista permanecia mesmo depois da manumissão (Andreau 1989).

Uma inscrição funerária (CIL II²/7, 00301) encontrada em *Corduba*, produzida entre os anos de 131 e 170 d.C., permitirá uma aproximação das características da epigrafia funerária latina. Devido às características biográficas presentes no epitáfio, também será possível inferir aspectos referentes à trajetória pessoal e profissional de um homem egresso da escravidão:



P(ublius) Publicius / provinc(iae) / Baetic(ae) lib(ertus) / Fortunatus / marmorarius sig/nuarius verna ur/ bicus ann(or)um LXXV / p(ius) i(n) s(uis) / [h(ic) s(itus)] e(st) t(ibi) t(erra) l(evis).

(CIL II²/7, 00301). **Local:** *Corduba*. **Data:** 131-170 d.C.

Dimensões: Alt. 49,5 cm; Larg. 33 cm; Prof. 10 cm.

Aqui jaz Públio Públio Fortunato, liberto da província da Bética. Marmorista escultor. Escravo da cidade de Roma. Setenta e cinco anos. Leal aos seus. Que a terra lhe seja leve.

(Tradução nossa).

Imagem 02: Estela funerária de P. Públio Fortunato.

Foto: *Manfred Clauss Epigraphik Datenbank*

³ Exigências similares referentes à construção, decoração, manutenção e culto a serem realizados em um monumento funerário podem ser observadas, por exemplo, no chamado *Testamento de Lingões* (CIL XIII, 05708). A transcrição e tradução do referido documento pode ser consultada em: REMESAL, José. "In perpetuum dicitur". Un modelo de fundación en el Império Romano. "Sex. Iulius Frontinus, Iulius Sabinus" y el Testamento de Lingón (CIL XIII 5708). *Gerión*. n.º13. Universidad Complutense. Madrid, 1995. p.99-126.

A presença dos dizeres *S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)*, *Que a terra lhe seja leve*, e *H(ic) S(itus) E(st)*, *Aqui está depositado, aqui jaz*, são características comuns das inscrições funerárias e também podem ser evidenciadas na lápide de *Corduba*. A utilização de adjetivos, à maneira de um elogio fúnebre, ajuda a compor a expressão de perda (Funari & Omena 2015): na lápide em questão, o falecido é adjetivado como *P(ius) i(n) s(uis)*, *Piedoso entre os seus*. De acordo com Blanco Robles (2021), este epíteto, bem como *carus in suis*, teria sido utilizado de maneira abundante na província *Hispania Ulterior Baetica*, território onde foram encontradas 92% das evidências epigráficas com estes dizeres (Blanco Robles 2021).

A inscrição apresenta informações precisas quanto à condição social de Públio Públicio Fortunato: o termo *verna Urbicus* atesta que o personagem em questão era um escravo oriundo da cidade de Roma. Apesar da possibilidade de sua morte ter ocorrido um pouco antes, ou depois, da idade de 75 anos indicada na inscrição (Andreu 2009), a presença da palavra *lib(ertus)* tampouco deixa dúvidas quanto à sua condição de alforriado no momento de sua morte. Em termos onomásticos, o *nomen* Públicio (*Publicius*), derivado de *publicus* e possivelmente adquirido no momento da manumissão (Luciani 2017), mas também o uso de *provinciae Baeticae*, registrado em caso genitivo, sugerem que este ex-escravo foi um libertus público atuante na província hispânica. A menção explícita às profissões, neste caso ao ofício de *marmorarius signuarius*, referente à elaboração de objetos em mármore (Gimeno Pascual 1988), para Joshel (1992), era comum aos epítafios de libertos/as e objetivava assegurar à posteridade, tornar perene sua importância social por meio da profissão (Silva 2021).

A alienação e desenraizamento sociais provocados pela escravidão (Patterson 1982) também se fizeram sentir entre os romanos. O casamento e a maternidade eram privilégios restritos às pessoas nascidas livres (*ingenui*). Aos libertos e libertas restava-lhes o *contubernium*, uma associação conjugal excepcional que só era permitida sob a anuência do proprietário escravista. Do mesmo modo, enquanto propriedade de outrem, as filhas e os filhos gerados em um ventre escravizado tornavam-se *vernae* e estavam sujeitos a quaisquer interesses do senhor de escravos. Verdíco ou não, o episódio narrado por Apuleio (*Met.* VIII. 22) sobre este tema tem um desfecho trágico: assassinato, suicídio e execução. A partir da documentação epigráfica, no entanto, é possível observar que mesmo submetidos a inúmeras sujeições e empecilhos sociais, a população egressa da escravidão também poderia constituir laços familiares. Este é o caso, entre tantos outros, da liberta Mena Melissa, cujo altar funerário apresenta inscrições (CIL VI, 0021805) e representações iconográficas referentes a si própria e à sua família:



Maenae L(uci) L(ibertae) Mellusae uxori / C(aius) Genucius Delus et sibi /

<Coluna 1> Dextro f(ilio) / v(ixit) m(ensibus) XI /

<Coluna 2> Sacerdo(ti) / f(ilio) v(ixit) m(ensibus) III / d(iebus) X.

(CIL VI, 0021805). **Local:** Roma. **Data:** 31-70 d.C. **Dimensões:** Alt. 100 cm; Larg. 54 cm.

Caio Genúcio Delo fez (este altar funerário) para a esposa Mena Melissa, liberta de Lúcio, e para si próprio.

<Coluna 1> Para o filho Destro, que viveu por onze meses.

<Coluna 2> Para o filho Sacerdote, que viveu por três meses e dez dias.

(Tradução nossa).

Imagem 03: Apógrafo do altar funerário dedicado à liberta Mena Melissa e seus filhos.

Foto: *British Museum*.

No Império Romano, a reprodução biológica da escravidão foi pensada sob uma perspectiva matrilinear (Patterson 1982). Em uma conhecida passagem preservada no Digesto (I.5.5.) o jurista Marciano esclarecia que os escravizados seriam os indivíduos derrotados e capturados em situações de guerra, ou aquelas e aqueles que "(...) nasceram de nossas escravas" (*ex ancillis nostris nascuntur*). Ao constatarmos que o Direito Romano associava a servidão feminina à procriação, é *proficuo* reconhecer que as múltiplas formas de violência física, simbólica e psicológica impostas às mulheres torna a escravidão feminina distinta daquela experimentada pelos homens (Cancelas 2014).

O estabelecimento de vínculos familiares por parte das pessoas de origem servil, neste caso, representaria uma forma de resistência e até mesmo de afronta à instituição escravista (Cancelas 2014). Apesar do falecimento precoce dos filhos Destro e Sacerdote, o caso da liberta Mena Melissa, representada em uma cena afetuosa com seus descendentes, parece convergir com a ideia de que a vida das pessoas escravizadas poderia encontrar

linhas de fuga, apesar de toda a objetificação e violência preconizadas pela instituição escravista.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximarmos-nos da vida e cotidiano dos libertos romanos a partir das inscrições, é possível conhecê-los sob uma perspectiva não normativa e que valoriza o cotidiano, os ofícios, as relações sociais e projetos de vida de mulheres e homens egressos da servidão. Nos dias atuais, muitos centros de pesquisa em epigrafia latina (mas não apenas) mantêm-se atualizadas e oferecem acesso ilimitado às inscrições latinas por meio digital.

Como demonstrou Pérez-González (2018), iniciativas como a EDCS⁴, mantida por Manfred Clauss, Anne Kolb, Barbara Woitas e Wolfgang Slaby, a *Epigraphic Database Roma* (EDR), o acervo epigráfico da Universidade de Heidelberg⁵, a *Hispania Epigraphica*⁶ e a *Epigraphia 3D*⁷, entre outras bases, congregam volumes integrais ou parciais do *CIL* e outros referenciais epigráficos. O site *Roman Open Data* elaborado pelo CEIPAC, da Universitat de Barcelona, oferece acesso a mais de quarenta mil inscrições de tipo anfórico organizadas de maneira relacional, interativa e em incidências territoriais.

Em atuação constante, a Arqueologia, dia após dia, produz novos dados epigráficos. Se no século XIX a epigrafia, então sob a chancela de René Cagnat (1852-1937) e outros estudiosos responsáveis pela Arqueologia no Norte da África, carregava consigo propósitos colonialistas (Leppeley 2016), nos dias atuais, as inscrições representam a possibilidade de uma História Antiga mais democrática e consciente das múltiplas formas de desigualdade social do presente e do passado.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO ANTIGA

APULEIO. **O Asno de Ouro**. Edição Bilingue. Tradução de Ruth Guimarães. São Paulo: Editora 34, 2019.

CIL II²/7. **Corpus Inscriptionum Latinarum II: Inscriptiones Hispaniae Latinae, editio altera, pars VII. Conventus Cordubensis**. A.U. Stylow (Editor) Berlim/Nova Iorque, 1995.

CIL VI. **Corpus Inscriptionum Latinarum VI: Inscriptiones Urbis Romae Latinae**. HENZEN, G; DE ROSSI, I.B; BORMANN, E; HUELSEN, C; BANG, M. (*et al.*) Editors. Berlim, 1876.

DIGESTO DE JUSTINIANO. **Liber Primus**. Tradução de Hécio Maciel França Madeira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

4 *Epigraphischen Datenbank Clauss-Slaby*: www.manfredclauss.de/

5 *Epigraphische Datenbank Heidelberg*: edh-www.adw.uni-heidelberg.de/home?lang=en

6 *Hispania Epigraphica*: <http://eda-bea.es/>

7 *Epigraphia 3D*: <http://www.epigraphia3d.es/>

PETRONIUS, SENECA. **Satyricon. Apocolocyntosis**. Translated by Michael Heseltine. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1913.

SUETONIUS. **Lives of the Caesars**. Volume I. Translated by J. C. Rolfe. Loeb Classical Library 31. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

ULPIANO. **Regras de Ulpiano**. Edição bilingue. Introdução, texto, tradução e notas de Gaetano Sciascia. São Paulo: Siqueira, 1952.

REFERÊNCIAS

ALFÖLDY, Géza. La manumisión de esclavos y la estructura de la esclavitud en el Imperio Romano. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. N.º 09. 1973, p.99-123.

ANDREAU, Jean. O liberto. In: GIARDINA, Andrea. (Organizador). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p.146-165.

ANDREU, Javier Pintado. **Fundamentos de Epigrafia Latina**. Madrid: Liceus, 2009.

BLANCO ROBLES, Fernando. Las formulas epigráficas *pius (in) suis et carus (in) suis* ¿indicadores de dependencia personal? *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II Historia Antigua. (34). 2021. p.157-180. DOI: <https://dx.doi.org/10.5944/etfii.34.2021.29507>

BRADLEY, Keith. **Slavery and society at Rome**. Cambridge: University Press, 1994.

BRUUN, Christer. Slaves and Freed Slaves. In: BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan (Editors). **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford: University Press, 2015. p.605-626.

BUCKLAND, William Warwick. **The Roman law of Slavery**. The condition of the slave in private law from Augustus to Justinian. Cambridge: University Press, 1908.

BUONOCORE, Marco. Epigraphic research from its inception: the contribution of manuscripts. In: BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan (Editors). **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford: University Press, 2015. p.21-41.

BUONOPANE, Alfredo. **Manuale di epigrafia latina**. Roma: Carocci, 2009.

CANCELAS, Carla Rubiera. **La esclavitud femenina en la Roma antigua**. *Famulae, ancillae et seruae*. Oviedo: Ediciones Trabe, 2014.

D'ENCARNAÇÃO, José. **Introdução ao estudo da epigrafia Latina**. 4ª Edição. *Cadernos de Arqueologia & Arte*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2013.

DYSON, S.L. **In pursuit of ancient pasts**. A History of Classical Archaeology in the Nineteenth and Twentieth Centuries. New Haven & London: Yale University Press, 2006.

FASOLINI, Donato. Le iscrizioni dell'album del Louvre di Jacopo Bellini. Una fonte attendibile per iconografia e iconografia ? *Antichistica / Storia ed epigrafia*. Vol.24/07. Edizioni Ca'Foscari, 2019. p.112-129.

FINLEY, M. I. Was Greek Civilization Based on Slave Labour? *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 8, no. 2. 1959. p.145-164.

FINLEY, M. I. Between Slavery and Freedom. *Comparative Studies in Society and History* 6, no. 3. 1964. p.233–249.

FINLEY, M.I. ***Ancient Slavery and Modern Ideology***. New York: The Viking Press, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica**. A história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia Clássica: Considerações Epistemológicas. In: FUNARI, P.P.A; CERQUEIRA, F.V; BRUNO, M.C.O. (Editores). **Arqueologia do Mediterrâneo Antigo**. Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian. Campo Grande: Life Editora; São Paulo: MAE/USP; FAPESP; SBEC, 2011. p.213-217.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OMENA, Luciane Munhoz. Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (Séc. III-IV d.C.). *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*. Nº 29. Campinas. 2015. p.195-206.

GARRAFFONI, Renata Senna. História Antiga e as Camadas Populares: Repensando o Império Romano. Separata da Revista *Cadmo*. nº18. Lisboa, 2008. p.169-180.

GIMENO PASCUAL, Helena. **Artesanos y técnicas en la epigrafía de Hispania**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1988.

HOPE, Valerie M. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIAMS, H (Editor). **Archaeologies of remembrance. Death and memory in past societies**. New York: Kluwer Academic, 2003. p.113-140

JOLY, Fabio Duarte. **Libertate opus est. Escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d.C.)**. Curitiba: Editora Progressiva, 2011.

JOLY, Fabio Duarte. **A escravidão na Roma Antiga**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Alameda, 2013.

JOSHEL, Sandra Rae. **Work, identity and legal status at Rome: a study of occupational inscriptions**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1992.

KOOPS, Egbert. Masters and Freedmen: Junian Latins and the struggle for citizenship. In: KLEIJN, Gerda; BENOIST, Stéphane (Editors). **Integration in Rome and in the Roman World**. Leiden/Boston: Brill, 2014. p.105-126.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Ann. Rev. Anthropol.* Vol.11. 1982, 207-230.

LASSÈRE, Jean-Marie. **Manuel D'Épigraphie Romaine**. Paris: Éditions Picard, 2005.

LEPELLEY, Claude. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Revista Heródoto*. Guarulhos. v.01, nº01. Março de 2016. p.418-437.

LOPEZ BARJA, Pedro Quiroga. Junian Latin: status and number. *Athenaeum*. N.86. 1998. p.133-163.

LUCIANI, Franco. Cittadini come *Domini*, Cittadini come Patroni. Rapporti tra *Serui Publici* e città prima e dopo la manomissione. In: DONDIN-PAYRE, M; TRAN, Nicolas (Eds). **Esclaves et maîtres dans le monde romain**. École Française de Rome, 2017. p.45-64.

MOURITSEN, Henrik. *The freedman in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PALMEIRA, Miguel Soares. Moses Finley: compreensão, modelos e historiografia. In: SILVA, Glaydson José; GALVÃO, Alexandre (Organizadores). *Como se escreve a História da Antiguidade: olhares sobre o antigo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death: a comparative study*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

PEREZ-GONZÁLEZ, Jordi. Epigrafía lapidaria en la era digital. *Boletín Archivo Epigráfico*. Madrid. N°02. 2018, p.05-16.

REMESAL, José. “*In perpetuum dicitur*”. Un modelo de fundación en el Império Romano. “*Sex. Iulius Frontinus, Iulius Sabinus*” y el Testamento de Lingón (CIL XIII 5708). *Gerión*. n°13. Universidad Complutense. Madrid, 1995. p.99-126.

REMESAL, José. *La Bética en el concierto del Imperio Romano*. Madrid: Real Academia de Historia, 2011.

ROSTOVITZEFF, Mikhail. *Iranians and Greeks in South Russia*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

SCHNAPP, Alain. *The Discovery of the past. The origins of Archaeology*. London: British Museum Press, 1996.

SILVA, Filipe Noé. *Pela honra e em liberdade: os libertos e a munificência cívica na Baetica (Séculos I e II d.C.)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acervo Arqueológico 1

Alforrias 123, 124, 125

Arqueologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 30, 38, 39, 41, 42, 44, 59, 61, 63, 64, 67, 69, 72, 80, 83, 85, 86, 87, 94, 101, 102, 104, 105, 108, 109, 110, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 132, 133, 134, 136, 148

Arqueologia Cognitiva 104, 110

Arqueologia Colaborativa 11, 12, 13, 14, 23, 24

Arqueologia Pública 3, 11, 12, 23, 101

C

Comunidade 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 96, 97, 110

Comunidade Indígena 41, 43, 45, 46, 48

D

Deusas 136, 139, 144

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 13, 17, 19, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 82, 86

Educação Patrimonial 25, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 82, 86

Epigrafia 123, 126, 127, 129, 132, 133

Escavidão Antiga 123, 124

Estados Alterados de Consciência 104, 108, 111, 112, 117, 121

Etnoarqueologia 40, 41, 42, 43, 59, 60, 148

Etno-História 42, 45, 59, 61, 63, 64, 83, 85, 148

Etno-História Indígena 61

F

Fúlvia 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145

I

Império Romano 123, 124, 127, 128, 129, 131, 134, 135

Índios Kaingang 61

Interdisciplinar 104, 109, 120

Interdisciplinaridade 104, 116

L

Laudos Judiciais 40

Libertos 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135

M

Memória 10, 15, 16, 17, 22, 26, 33, 35, 37, 46, 85, 96, 101, 102, 121, 145, 148

Moedas 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Multivocalidade 11, 12, 13

P

Pantanal 40, 41, 43, 44, 45, 46, 52, 59

Pari 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 89

Pari-Armadilha de Pesca 61

Patrimônio 11, 12, 13, 14, 17, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 148

Patrimônio Arqueológico 13, 14, 23, 38, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102

Patrimônio Cultural 11, 12, 14, 17, 19, 22, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 92, 94, 95, 96, 97, 102, 148

Patrimônio Imaterial 31

Povo Indígena Guató 40

Preservação 6, 13, 14, 17, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 37, 38, 39, 72, 96, 97, 102, 115

S

Séculos XV-XVIII 104

Serra da Capivara 5, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23

Sistematização 96, 104, 112

Sustentabilidade 11, 12, 13, 14, 15, 23, 94

Sustentabilidade Cultural 11, 12, 13, 14, 15, 23

T

Terras Indígenas 40, 52, 59, 148


Testemunhos Arqueológicos 110, 112, 113


V


Vale do Rio Piquiri-PR 61


ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




ARQUEOLOGIA:

Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 